



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 510521 - RJ (2019/0138821-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
THAIS DOS SANTOS LIMA - SP260458
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JHONATAN PINHEIRO GOMES CADETE (PRESO)
CORRÉU : OCTAVIO GASPAR NETO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de JHONATAN PINHEIRO GOMES CADETE, contra decisão de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0007365-42.2019.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 15/3/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, § 3º, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (latrocínio tentado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo a desembargadora relatora negado seguimento ao *writ* nos termos da decisão acostada às fls. 34/35.

No presente *writ*, sustenta a existência de excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que o paciente se encontra preso há 1 ano e 2 meses, sem que haja previsão para o encerramento da instrução do processo.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida às fls. 267/268. Informações prestadas às fls. 273/283 e 286/295. O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do *writ* às fls. 297/301.

É o relatório.

Decido.

Verifica-se dos autos que foi negado seguimento ao *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem por decisão monocrática da Desembargadora-Relatora.

A possibilidade de o paciente responder a ação penal em liberdade ainda não foi analisada pelo órgão colegiado da Corte *a quo*.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal estadual, constata-se que o *mandamus* originário foi arquivado definitivamente sem a interposição de agravo regimental contra a decisão ora impugnada. Assim, não compete a este Superior Tribunal de Justiça, a análise do mérito da impetração, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM
HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA
DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DA

INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *É inviável o conhecimento de habeas corpus ou recurso em habeas corpus quando o impetrante/recorrente se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF e do STJ.*

2. *Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 102.858/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 13/03/2019)*

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator